

PROCESSOS CONTRA TORTURADORES. O RESGATE DE UMA HISTÓRIA LATINOAMERICANA: OS CASOS DE CHILE E ARGENTINA

Ronaldo Sávio Paes Alves – UFF

O presente trabalho tem como objetivo central avaliar as distorções e excessos encontrados nas ditaduras militares que se estabeleceram na América Latina, ao longo dos anos 60 e 70 do século passado. Grupos que chegaram ao poder pela força, e pela força se estabeleceram e se mantiveram. É fruto de nossas leituras, em especial dos noticiários internacionais. Mesmo assim, considerando que ele esteja num estágio ainda primário, pretendemos avaliar o uso da força em interrogatórios, e o tipo de “verdade” deles resultantes. Em contraposição a esta situação, analisaremos também como que, passados os regimes ditatoriais, antigos inquiridores, “produtores de verdades”, processados que foram e/ou ainda estão sendo, tornaram-se agora, depoentes. E de suas palavras dependem os rumos que irão tomar a história de seus países.

Analisaremos aqui os exemplos de Argentina e Chile, dois casos emblemáticos de violência oficial, e posterior processo e condenação de pessoas ligadas aos desumanos atos contra prisioneiros políticos.

Interrogatório – Ferramenta os Sadismo?

O interrogatório, todos sabemos deve ser, e é uma ferramenta de qualquer processo investigativo. O problema reside no fato de existe uma significativa possibilidade de que se usem torturas no ato de interrogar, com vistas a obter informações.

A repressão em geral, e a tortura em particular, foram eficientes não somente para obter informações, mas também para o controle político das sociedades em questão. Assim, as pessoas muito pouco se arriscavam a fazer oposição, pois se sentiam aterrorizados pelo medo de cair nas mãos dos organismos investidos de poder, que se utilizavam impunemente dos mais selvagens métodos de tortura. Era a *cultura do medo*, que restringia a quase zero qualquer atividade de oposição, fosse ela comunitária, sindical ou política.

Desta forma, o uso de torturas como método investigativo foi uma prática comum na América Latina. Através delas, muitas revelações foram feitas, muitas coisas descobertas. Porém não se pode descartar o fato de que muitos prisioneiros “confessaram o que não tinham feito”, “informaram o que não sabiam” e “delataram pessoas, fossem culpadas ou inocentes”.

O Caso Argentino

A Ditadura Militar argentina teve início com o golpe que derrubou a presidente Maria Estela Martínez de Perón, em 24 de março de 1976, e só terminou com a eleição de Raúl Alfonsín, em 10 de dezembro de 1983. Os organismos de direitos humanos acreditam que aproximadamente 30 mil pessoas desapareceram sob a truculência dos organismos de repressão argentinos.

Para além desse assustador número, podemos imaginar a assombrosa quantidade de pessoas que tiveram a “sorte” de serem apenas espancadas, humilhadas e barbaramente torturadas, mas que sobreviveram aos cárceres. Os números são ainda imprecisos, mas segundo estudiosos da ditadura na Argentina, normalmente para cada prisioneiro “desaparecido” (ou seja, assassinado) pelas forças de repressão, existiram em média cinco outros que foram presos e viveram toda a sorte de sofrimentos. Chega-se assim, ao impressionante número presumido de, aproximadamente 180 mil pessoas presas e torturadas na Argentina em seis anos de ditadura. Para tanto, sabe-se que foram estabelecidos 340 centros de detenção e investigação onde torturas, espancamentos e execuções sumárias fizeram parte do cotidiano, ao longo do período.

A ordem de se adotar uma linha dura veio logo após o golpe que derrubou a presidente em 76. Segundo um dos Militares envolvidos, General Saint Jean “*Primeiro mataremos os subversivos. E depois seus cúmplices, e finalmente seus inspiradores.*”

A prática da tortura em interrogatórios na Argentina mostrou ser eficiente para produzir provas e responder a perguntas sem respostas para os organismos de repressão. Serviu também para encerrar algumas investigações e *legitimar e fundamentar* algumas suspeitas.

Ao ser empossado em 1986, o Presidente Raúl Alfonsín criou a Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEPE). Após longas, exaustivas e chocantes investigações, este organismo, apoiado por comissões de Direitos Humanos, nacionais e internacionais, Organizações Não Governamentais, e do próprio governo argentino, investigou e levou ao banco dos réus os diretamente implicados na repressão. Em especial, os membros das Juntas Militares que governaram o país.

Os julgamentos tiveram início em 1985, e as principais condenações foram as seguintes: General Jorge Videla e Almirante Emílio Massera – PRISÃO PERPÉTUA; Brigadeiro Orlando Agosti – 5 ANOS; Roberto Viola – 16 ANOS; e Almirante Armando Lambruschini – 7 ANOS.

Em seus depoimentos, todos alegaram que a Argentina vivia uma guerra, e todos assumiram suas iniciativas e mandos, como atos de guerra. As provas apresentadas, principalmente exumação de alguns cadáveres apontaram os excessos, que eles não puderam e nem podem negar.

O Caso Chileno

Salvador Allende elegeu-se presidente do Chile em 1971. Não foi uma unanimidade, até porque a margem percentual de votos foi muito pequena. Talvez porque o Chile tenha sempre sido um país muito conservador, com um forte sentimento anticomunista. Allende foi deposto em 11 de setembro de 1973, morto no bombardeio à sede do governo, o Palácio la Moneda. O comandante em chefe do Exército, General Augusto Pinochet Ugarte, assumiu o poder e instalou no Chile uma das mais frias e cruéis ditaduras da América latina. O verdadeiro “Teatro de Horrores” implantado no Chile desde então, somente teve seu desfecho em 11 de março de 1990, quando o general Pinochet deixou o poder, esforçando-se por ainda se manter com privilégios e imunidades.

Pinochet foi nomeado *Comandante-em-Chefe* das Forças Armadas chilenas dezoito dias antes do Golpe Militar, e até às vésperas ainda não havia aderido ao movimento golpista. A traição ao presidente Salvador Allende aconteceu 36 horas antes do golpe, e com o devido oportunismo, Pinochet fez-se ver como o homem ideal para liderar o

novo momento chileno, que segundo a ótica golpista necessitava da mão forte das forças armadas.

Uma vez consolidado o golpe, com salvador Allende deposto e morto, o Chile entrou imediatamente numa onda de brutalidade e selvageria, que beiraram à barbárie. De pronto, independentemente de mandados judiciais ou não, um enorme volume de prisões de processaram, tendo servido, inclusive o Estádio Nacional de futebol, como uma grande prisão, onde foram feitos interrogatórios (com o uso de torturas), proferidas sentenças e, ali mesmo, alguns prisioneiros foram executados.

“O Informe nos põe de frente a uma realidade insofismável: a prisão política e as torturas foram prática institucional de Estado, o que é absolutamente inaceitável e alheio à tradição histórica do nosso país”

RICARDO LAGOS – Presidente do Chile.
O Globo - 02/12/2004

O presente trabalho não comporta todas as denúncias de abusos e atrocidades cometidas pelas ditaduras em questão, principalmente devido à exigüidade do espaço proposto. Portanto, deliberadamente não discorreremos aqui sobre um dos principais momentos da repressão latino americana, que foi a *“Operação Condor”*. No caso chileno, em particular nos ateremos em outra iniciativa repressiva, que vem se tornando polêmica, e cujos desdobramentos atendem ao escopo deste trabalho. Falamos da *Caravana da Morte*.

A *Caravana da Morte* foi um episódio ocorrido nos primeiros dias da ditadura chilena, que vitimou 74 (setenta e quatro) pessoas acusadas de *atividades subversivas*. O que estas pessoas tiveram em comum, além de alguma atividade política, ou de cunho organizativo social durante o governo Allende, foi o fato de terem sido sentenciadas à pena capital, e executadas, sem que fossem levadas a um Tribunal Militar, ou mesmo civil, formal. Entre os dias 30 de setembro e 20 de outubro, setenta e dois prisioneiros de seis cidades chilenas foram executados.

Sob o comando do General Sérgio Arellano Stark, *Oficial Delegado do Presidente da Junta de Governo e Comandante-em-Chefe do Exército*, a caravana chegou à Região de *Talca* em 30 de setembro, e lá foram fuzilados, sem apelação, dois prisioneiros. Em 02 de outubro, foi a vez de *Cauquenes* receber a “comitiva” do General Arellano. No Regimento

foram fuzilados quatro prisioneiros. Podemos perceber um determinado padrão nas execuções. Nos dois casos citados, os prisioneiros foram retirados de suas celas, julgados em um “Tribunal Militar” *improvisado*, e composto por membros da própria comitiva, levados para locais ermos e ali executados. Os demais relatos confirmam esta conclusão.

A *Caravana da Morte* seguiu depois para *La Serena*, onde quinze prisioneiros foram executados depois de julgados e sentenciados de forma apressada, e sem direito a apelações. Em *Copiapó*, aonde a comitiva chegou em 17 de outubro, foram fuzilados treze prisioneiros, por ordem do General Arellano Stark, o mesmo ocorrendo em *Antofagasta* no dia seguinte, 18 de outubro, vitimando 14 prisioneiros. *Calama* foi a última parada da *Caravana*, onde vinte e seis prisioneiros foram executados.

Este banho de sangue, promovido em tão curto espaço de tempo traduziu aquilo o que já estava se tornando a justiça chilena: uma máquina de legalização de repressão, impondo pela força, terror e medo, um regime de *linha-dura*, nos melhores moldes de similares da América latina.

Os ventos começariam a mudar no Chile em 1989, com a publicação do Livro *Los Zaparzos del Puma* (As Patadas do Puma, numa alusão ao helicóptero militar utilizado na caravana), de autoria da jornalista Patrícia Verdugo. O livro consiste numa corajosa e audaciosa investigação sobre os acontecimentos acima citados, onde além de entrevistar parentes das vítimas, Verdugo entrevistou também alguns militares envolvidos na operação. Seu trabalho trouxe a público os horrores da ditadura chilena, e a frieza com a qual seus opositores foram eliminados. Além de uma grave denúncia, seu livro viria a ter um importante papel na história do Chile, alguns anos depois.

Em 11 de março de 1990, ao entregar a faixa presidencial ao presidente Patricio Aylwin, o General Augusto Pinochet não era em hipótese alguma um gigante abatido. Ao contrário, parecia ainda muito forte em seu cargo de *Senador Vitalício*, após alterar a matemática eleitoral chilena, para que a direita mantivesse a maioria do Senado. Nomeou também todos os chefes de posições estratégicas nos meios militares, fazendo constar em lei, que nenhum deles poderia ser substituído pelo novo presidente. Assim, Pinochet passou

o cargo, porém manteve-se protegido pela imunidade parlamentar que o cargo de senador o conferia, e pela fidelidade a que lhes devotavam as lideranças militares.

Acometido de sérios problemas de saúde, o General Pinochet internou-se na Inglaterra para tratamento. Lá a sua prisão foi pedida, pelo envolvimento do Chile na *Operação Condor*. No bojo das acusações, o Juiz espanhol Juan Guzmán pediu extradição de Pinochet, e contra ele abriu processo por *crimes contra a humanidade*. Como provas, ele utilizou as denúncias e depoimentos constantes no livro de Patrícia Verdugo.

Após 503 dias preso na Europa, Pinochet retornou ao Chile, onde se encontra internado em sua própria residência, sob alegação de *incapacidade devido à debilidade senil*. Contra ela pesam acusações de assassinato, abuso de poder, torturas, seqüestros, falsidade ideológica e peculato. Recentemente, sua imunidade parlamentar foi extinta, e ao que tudo indica os recursos impetrados por seus advogados não surtirão quaisquer efeitos.

Argentina e Chile têm cuidado de suas chagas ainda abertas. Seria precoce afirmar que suas histórias estão sendo re-escritas, porém novos fatos atestam que até o conservadorismo destes dois Estados não suporta mais o peso da culpa, cumplicidade ou omissão diante dos fatos incontestes. Seria também precoce estabelecer algumas possibilidades de desfecho para ambos os casos, mesmo que na Argentina já existam condenações, porque no Chile tudo ainda é muito preliminar, porém os avanços já são perceptíveis.

Recentemente a imprensa noticiou as conclusões da **Comissão Nacional sobre Prisão Política e Tortura**, que serviram de base para as novas acusações e conseqüente indiciamento do General Augusto Pinochet como participante da **Operação Condor** em 13/12/2004. Pinochet foi indiciado também, na mesma data como responsável pelo seqüestro permanente (desaparecimento) de nove pessoas, e pelo assassinato de um militante comunista em 1977. O juiz Juan Guzmán Tápiá acredita que este seja apenas o começo das condenações ao ex-presidente, e o atual presidente, Ricardo Lagos, acredita que a História do Chile esteja sendo passada a limpo. Não é para menos, afinal os dados da Comissão são impressionantes:

“Cerca de 44% do total de pessoas que foram perseguidas pelo regime militar eram homens que tinham entre 21 e 30 anos. Em torno de 4% dos ex-presos políticos eram menores de 18 anos (1.080 pessoas); 226 tinham entre 13 e 15 anos e 88 tinham 12 anos ou menos.

O relatório mostrou, ainda, que 229 mulheres estavam grávidas quando foram seqüestradas pelos militares. Deste total, 11 mulheres asseguraram terem sido estupradas. Outras 13 mulheres engravidaram ao serem estupradas e seis delas seguiram adiante com a gravidez.

A comissão entrevistou 3.399 mulheres e quase todas disseram ter sofrido abusos sexuais.”

O Globo 30/11/2004

O que podemos compreender nos dois casos estudados, é que a História é extremamente dinâmica, e no seu dinamismo, situações se revertem e acusadores tornam-se acusados, por exemplo.

“Nele, (Relatório da Comissão Nacional sobre Prisão Política e Tortura) pela primeira vez, os chilenos conheceram a verdade de uma história meio encoberta, negada por alguns, silenciada por outros. Nele está o testemunho de mais de 35 mil pessoas residentes no Chile e no exterior. Vinte e oito mil desses depoimentos foram aceitos como válidos depois de estudados rigorosamente e pouco mais de sete mil passaram por um segundo crivo.”

RICARDO LAGOS – Presidente do Chile.

O Globo - 02/12/2004

A coragem dos denunciantes, e a precisão dos depoimentos têm conseguido pôr inquiridores, torturadores e assassinos nos bancos dos réus, dando uma nova visão do que foi a triste e angustiante história recente destes dois países, e da América Latina de modo geral.